



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, INTITULADA:

ORTODONTIA FAGUNDES S/C LTDA

CONTRATO SOCIAL INICIAL

LIZ DE SILVEIRA E FAGUNDES, brasileira, separada judicialmente, cirurgiã dentista, inscrita no Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo sob n.º 25.766, portadora da Cédula do RG n.º M-1.034.345, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF n.º 372.446.396-00, residente e domiciliada a Rua José Lins do Rego nº 665 – casa 15, no bairro Parque Taquaral, nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13087-080; e

GALDINO FAGUNDES, brasileiro, casado, cirurgião dentista, inscrito no Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo sob protocolo n.º 73.954, portador do RG n. M-107.815 expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob n. 001.866.006-15, residente e domiciliado a Rua José Lins do Rego nº 665 – casa 15, no bairro Parque Taquaral, nesta cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13087-080, têm entre si justo e combinado a constituição de uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

A) DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade adotará a denominação social de **ORTODONTIA FAGUNDES S/C LTDA**, e terá sua sede social sito a Rua Conceição nº 233 – Sala 804, no bairro Centro, nesta cidade de Campinas/SP., CEP 13010-050, podendo a critério dos sócios criar, organizar, transferir ou extinguir filiais em qualquer parte do território nacional. A sociedade poderá participar em outras sociedades de natureza civil ou comercial, sempre que a administração entenda como sendo de interesse geral.

B) - DO OBJETO SOCIAL E INÍCIO DAS ATIVIDADES

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade terá como objeto social a prestação de serviços na área odontológica em geral.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade terá início a partir da data da obtenção do cartão do CNPJ (Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas) junto a Secretaria da Receita Federal.

C) - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado a partir da data da assinatura do presente podendo ser alterado em seu todo em partes e extinto desde que por decisão dos sócios que representem a maioria do capital social conforme previsto na cláusula décima sexta do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA

O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, a 31 de dezembro, será elaborado um Balanço Geral e uma demonstração de resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital ou de acordo com a produtividade de cada sócio no caso específico de lucros.

D) - DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

CLÁUSULA SEXTA

O capital social totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) divididos em 300 (trezentas) quotas no valor nominal de R\$ 10,00 (deis reais) cada uma ficando assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
LIZ DE SILVEIRA E FAGUNDES	90	270	2.700,00
GALDINO FAGUNDES	10	30	300,00
TOTAL	100	300	3.000,00



Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, nos termos do art. 2º "In Fine" do Decreto 3708 de 10/01/1919.

E) - DA ADMINISTRAÇÃO, GERÊNCIA E REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS-GERENTES

CLÁUSULA SÉTIMA

A administração e a gerência da sociedade será exercida pela sócia **LIZ DE SILVEIRA E FAGUNDES** sendo-lhe atribuído todos os poderes de administração e a representação da sociedade ativa e passivamente, judicial ou extra-judicialmente, na outorga de procurações, na alienação de bens móveis e imóveis sendo vedado aos sócios-gerentes o uso da denominação social em negócios alheios àqueles do objeto social.

Parágrafo Primeiro: Os sócios serão responsabilizados nos termos da lei civil pela prática dos atos alheios aos objetivos da sociedade.

Parágrafo Segundo: Todos os documentos legais da sociedade terão validade com a assinatura isolada de um dos sócios, inclusive perante todas as repartições públicas e instituições financeiras.

CLÁUSULA OITAVA

É vedada expressamente aos sócios-gerentes a delegação dos poderes a eles conferidos pela cláusula sétima deste instrumento. Na hipótese de infringência dessa disposição responderá o delegante integralmente pelos atos praticados pelo substituto.

Parágrafo Único: Ficam os sócios-gerentes dispensados de prestar caução em garantia de seus atos de administração.

CLÁUSULA NONA

Somente a sócia **LIZ DE SILVEIRA E FAGUNDES**, pelo exercício da administração, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore cujo valor será fixado em comum acordo entre as partes até os limites estabelecidos por lei, cujos valores serão levados a débito da conta de despesas quando escriturados através da contabilidade comercial ou simplesmente lançado no livro caixa da empresa quando for o caso.



Parágrafo Primeiro: Os serviços a serem realizados em conformidade com o objeto social do presente instrumento serão executados por todos os sócios, sendo cada um, individualmente, responsável pela totalidade de sua execução.

Parágrafo Segundo : Para efeito de contabilização, o valor relativo ao pagamento do pró-labore será levado à conta de Despesas Gerais da Sociedade ou devidamente escriturado no Livro Caixa da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

É vedado aos sócios, em conjunto ou separadamente, a prestação de garantia, fianças ou aval em negócios estranhos aos interesses sociais, ficando o infrator pessoalmente responsável pelo compromisso contraído, e pagará a sociedade a título de multa, quantia igual ao valor da obrigação assumida.

F) - DOS LUCROS DISTRIBUÍDOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade poderá efetuar a distribuição de lucros a qualquer momento, sempre de acordo com a legislação específica para este fim.

Parágrafo Único: Para o mês em que ocorrer o pagamento efetivo dos lucros distribuídos o pagamento do pró-labore fica automaticamente suspenso.

G) - DA CESSÃO DE QUOTAS, DA CAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As quotas do capital social não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas a terceiros estranhos à sociedade sem prévio consentimento dos demais sócios. A concordância destes será dada preferencialmente no instrumento de alteração contratual, valendo entretanto para fins de direito, a concordância manifestada em instrumento apartado.

Parágrafo Primeiro: Terá a preferência em igualdade de condições para adquirir as quotas do sócio ou sócios cedentes, o sócio remanescente ou sócios remanescentes na proporção de suas quotas, se interessar pela aquisição, onde o sócio cedente deverá manifestar-se por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias, indicando nome do adquirente, preço e condições para a cessão as quotas em questão.



Parágrafo Segundo: Caso nenhum dos sócios remanescente usar o direito de preferência que lhes é assegurado, fica livre ao sócio cedente ceder as suas quotas a terceiros, valendo o instrumento de cessão devidamente arquivado, como prova de alteração do contrato social.

Parágrafo Terceiro: O pagamento dos haveres ao sócio retirante, ao sócio pré-morto, a seus herdeiros ou sucessores que será levantado através de Balanço específico para este fim, far-se-á em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas. O não pagamento das parcelas em seus vencimentos dará o direito ao sócio retirante de considerar desde logo vencidas e exigível a totalidade da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

No caso de morte ou retirada de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com sócio sobrevivente e os herdeiros do "de cujus". Caso não haja acordo entre o sócio sobrevivente e os herdeiros do sócio falecido para a continuidade da sociedade com estes, os haveres do sócio extinto serão quitados conforme previsto no parágrafo terceiro da cláusula décima segunda do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Na vigência deste instrumento, ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, será este excluído da sociedade mediante alteração contratual e seus direitos e haveres serão pagos na forma descrita no parágrafo quarto da cláusula décima segunda deste instrumento. O mesmo procedimento será adotado no caso dos herdeiros que não queiram prosseguir na sociedade ou sejam impedidos conforme previsto na parágrafo terceiro da cláusula décima segunda deste instrumento.

H) - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A qualquer tempo, mediante decisão que represente a maioria do capital social da empresa, poderá este instrumento ser alterado em todos seus dispositivos, respeitadas as formalidades legais, e desde que todos os sócios quotistas estejam devidamente informados inclusive sobre os prazos previstos de convocação de no máximo de 15 (quinze) dias.



Parágrafo Primeiro: No caso de um dos sócios simplesmente abandonar a sociedade e depois de cumpridas todas as formalidades exigências em lei, o sócio remanescente poderá alterar em todo ou em parte o presente contrato sem a anuência do sócio dissidente.

Parágrafo Segundo: A sociedade não poderá se transformar Sociedade por Ações.

Parágrafo Terceiro: A cada quota social, confere-se o direito a 01 (um) voto nas deliberações das assembléias de quotistas, deliberações estas que serão sempre por maioria de votos.

Parágrafo Quarto: O quotista dissidente que não represente a maioria do capital social da sociedade poderá retirar-se da sociedade recebendo o valor de suas quotas conforme cálculos e condições de pagamentos previstos no parágrafo terceiro da cláusula décima segunda do presente instrumento.

Parágrafo Quinto: O instrumento de alteração contratual será assinado na ocasião, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social da sociedade, ou por seus procuradores, e, havendo sócios divergentes ou ausentes constará do instrumento de alteração contratual, circunstância essa, para fins de arquivamento junto ao Cartório Privativo de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campinas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A sociedade poderá ser dissolvida por consenso dos sócios ou por aqueles que representem a maioria do capital social da empresa, ou ainda por força de lei específica.

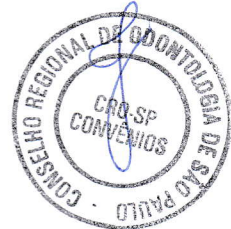
Parágrafo Único: Ocorrendo a dissolução da sociedade, o Patrimônio Líquido será distribuído ou assumido pelos quotistas na proporção de suas quotas de acordo com o capital social.

I) - DO FORO DE ELEIÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Fica eleito para dirimir as dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste instrumento o foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único: Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos em conformidade com o Decreto n.º 3.708 de 10/01/1919 e demais disposições legais aplicáveis.

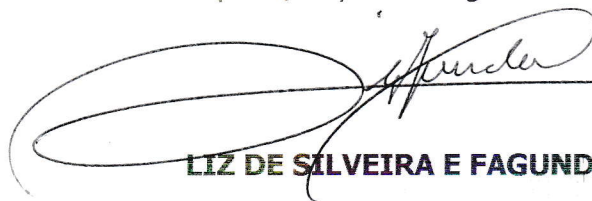



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente documento foi elaborado conforme a vigente Lei n.º 8.934 de 18/11/94, com exigências e procedimentos introduzidos pelo Decreto n.º 1.800 de 30/01/96, que regulamentou a mencionada Lei, não estando os sócios inclusos em nenhum de seus impedimentos.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, sendo a primeira via devidamente registrada e arquivada no Cartório Privativo de Registros das Pessoas Jurídicas da Comarca de Campinas para que produza seus efeitos legais.

Campinas/SP., 01 de Agosto de 2001


LIZ DE SILVEIRA E FAGUNDES


GALDINO FAGUNDES

Testemunhas:


IVETE SENESE ZAMBROTI
RG 12.109.994 - SSP/SP

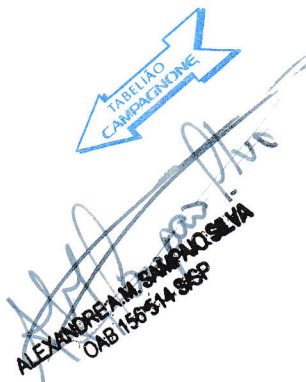

DARCY GAMERO MARQUES FILHO
RG M.1.620.781 - SSP/MG

1º TABELIÃO DE NOTAS CAMPAGNONE - BEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE
R. Barão de Jaguara, 1148 - PABX: (19) 3231-1955 - CAMPINAS - SP
E-mail: primeiro@tabeliaoocampagnone.com.br

RECONHECO, por semelhança 0004 firmadas de:
001-DARCY GAMERO MARQUES FILHO, 001-ALEXANDRE AUGUSTO DE
MORAES SAMPATO SILVA, 001-LIZ DE SILVEIRA E FAGUNDES E
001-IVETE SENESE ZAMBROTI
EM TEST. VERDADE. CAMPINAS, 10 de AGOSTO de 2001.
APARECIDA DE CASTRO - ESCRITÓRIO OPERADOR: LCBL
CUSTAS: R\$7,32 ***** Carimbo No: 740552 *****



REGISTRO P
R. Coronel G
Apresentaç
microfilme
protocolo
Rs. _____


ALEXANDRE M. SAMPAIO SILVA
OAB 156514 SSP



**CROSP - Conselho Regional
de Odontologia de São Paulo**

Setor de Convênios e Credenciamentos
Visado nos termos das Leis Federais
n.º 4.324/64 e n.º 6.839/80

S.P., 17 SET. 2001

- ☒ Joceli Ramos Coelho.
☐ Lucileide A. S. Faria.

REGISTRO PRIVATIVO DE PESSOAS JURÍDICAS

R. Coronel Quirino, 1021 - Campinas-SP - F.: 3252.8155

Apresentado hoje para registro, apontado, arquivado, e
microfilmado sob. n.º de ordem 185599 do

protocolo n.º A - Registrado no livro A - ,
fls. , sob n.º 185599.

Plano de Trabalho - Anexo
Campinas, 03 OUT. 2001

Paulo Roberto F. Monteiro
Escritor Autorizado
Selos recolhidos por verbos